

Construção Circular e o papel dos Municípios da Área Metropolitana do Porto

A ASWP e o Projeto Construção Circular

O Projeto Construção Circular é promovido pela Associação Smart Waste Portugal (ASWP), com o objetivo de promover ações de educação dirigidas aos diversos agentes ao longo da cadeia associada aos Resíduos de Construção e Demolição (RCD), apoiando a sua interação, de forma a promover uma organização da cadeia de valor mais sustentável, em linha com os princípios da economia circular.

Este projeto aposta assim na sensibilização para a prevenção da produção dos RCD assim como para a sua valorização, ao promover a sua incorporação em setores como o da indústria e o da construção, permitindo a diminuição da sua pegada de carbono, a redução da extração de recursos naturais e o desvio de resíduos para aterro. Este projeto aborda também um tema de interesse público, representando um contributo importante na consciencialização dos cidadãos para a problemática das descargas ilegais dos RCD, que podem incluir resíduos perigosos, e que resultam em passivos ambientais e paisagens degradadas.

Resíduos de Construção de Demolição: dimensão ambiental e económica

O diagnóstico realizado no âmbito do estudo “Relevância e Impacto do Setor dos Resíduos em Portugal na Perspetiva de uma Economia Circular”, promovido pela ASWP, permitiu concluir que existe uma subestimativa dos quantitativos de RCD na estatística anual produzida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) com base em dados reportados à Agência Portuguesa do Ambiente. Esta subestimativa resulta quer de omissões no correto reporte de informação quer da gestão informal destes resíduos por parte dos produtores. Apesar da importância do primeiro aspeto para a incorreta percepção do problema, que culmina na ideia que Portugal valoriza mais de 70% dos RCD, o segundo tem maior relevância na dimensão ambiental e económica.

A gestão informal de RCD resulta, em vários casos, na deposição destes em montureiras em terrenos baldios ou isolados, representando vários tipos de riscos, incluindo de incêndio. Estes RCD têm eventualmente de ser recolhidos pelos municípios, acarretando custos significativos para o erário público. Existem ainda casos, particularmente em pequenas obras de requalificação nas habitações, em que os RCD são incorrectamente depositados no sistema de recolha de resíduos urbanos, novamente acarretando custos acrescidos para os municípios. Podem também ser gerados RCD perigosos, incluindo terras contaminadas, que são depositados sem controlo ambiental necessário em projetos de ‘requalificação paisagística’.

De facto, o licenciamento das atividades anteriores estão desatualizadas e são dispersos por diferentes entidades (CCDR, APA, DGEG), por isso, de forma fácil, muitos dos agentes económicos atuam á margem das normas coincidentes com os conceitos de economia circular, já para não se aportar a fenómenos de permanente irregularidade.

O trabalho realizado junto de empreiteiros e promotores de obras permitiu concluir que existe algum desconhecimento e desresponsabilização destas entidades pelos RCD produzidos, relegando para subempreiteiros a gestão destes e o seu controle. Considera-se que este nível

de cumprimento legal e responsabilização é fundamental e antecederá os avanços (em escala) na incorporação de materiais reciclados e no *design para a desconstrução*.

O Papel dos Municípios

As atividades de construção e os edifícios são responsáveis por vários impactos no meio ambiente. Os principais aspetos são o uso da terra, o consumo de matérias-primas, energia e água, a produção de resíduos, bem como o ruído e as emissões atmosféricas.

A falta de incentivos, o comportamento tradicional do setor, a falta de poder de decisão das empresas de construção numa estrutura empresarial muito complexa e a prevalência de critérios económicos não permitem ao setor como um todo perseguir persistentemente o melhor desempenho ambiental.

Os municípios têm a oportunidade de promover uma melhor gestão dos RCD nas suas áreas de abrangência através quer do seu papel enquanto promotor de obras quer enquanto entidade licenciadora.

Relativamente a este último papel, os municípios são entidade licenciadora e emissora dos alvarás nos termos da alínea c), d) e e) do nº2 do artigo 4º e dos artigos 18º e seguintes do DL 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro e a Portaria n.º 232/2008 de 11 de Março. Neste âmbito, entre outras iniciativas de monitorização e controlo, os municípios devem solicitar a informação relativa ao encaminhamento de RCD e a comparação desta com o previsto inicialmente, evitando assim possíveis incongruências entre projeto e execução. Os municípios podem ainda sensibilizar promotores nas fases de licenciamento e de execução para a importância de melhor gerir os RCD.

Em obras de requalificação não abrangidas pelos requisitos de licenciamento, os municípios podem promover ações de educação na fase de comunicação. Nestes casos, em que a escala é reduzida, é importante garantir que os promotores exijam aos empreiteiros o correto encaminhamento dos RCD.

Neste quadro de recomendações, é possível concretizar ações pela AMP e municípios constituintes no sentido de promover a melhor gestão dos RCD:

- Promover procedimentos administrativos (regulamentos) em conjunto, uniformizando regras, formulários, entre outros, que conduzam à melhor monitorização e controlo dos RCD gerados em obras promovidas ou licenciadas pelas câmaras;
- Promover ações de sensibilização dirigidas às empresas da AMP para a melhor caracterização dos RCD e na utilização das guias eletrónicas, bem como o conhecimento integral dos requisitos legais em matéria de gestão dos resíduos de C&D.
- Promover ações de sensibilização junto dos cidadãos para evitar a deposição de RCD no sistema de recolha de resíduos urbanos ou de forma descontrolada no ambiente;



sugere-se a definição de um conjunto de regras comuns e aplicadas às atividades de receção, recolha, transporte, destino final dos RCD, produzidos nos municípios, em obras particulares isentas de licença e não submetidas a comunicação prévia. Ver proposta LIPOR (Projeto Regulamento de serviço de gestão de resíduos urbanos e limpeza urbana, secção Resíduos de construção e demolição);

- Promover ações de formação para os técnicos das câmaras, garantindo um maior conhecimento sobre taxas de produção de RCD, tipos e possíveis destinos para valorização, requisitos legais aplicáveis, entre outros;
- Promover ações de fiscalização, em concertação com outras entidades com responsabilidade de fiscalização ambiental e económica; estudar a viabilidade de um modelo comum de sanções proporcionais às atividades ilegais em matéria de gestão de RCD.
- Estudar a utilização dos instrumentos fiscais e financeiros ao dispor das Câmaras para dinamizar uma construção mais sustentável e circular;
- Dinamizar ações de sensibilização e promoção de melhorias legislativas, como a utilização de instrumento como livro de obra eletrónico, juntamente com parceiros institucionais com a ASWP.
- Promover a concretização dos objetivos previstos no **Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE** (https://ec.europa.eu/portugal/events/construction-demolition-waste-protocol_pt). O conjunto de orientações referido no Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da EU poderá ser concretizado através de acordos/programas voluntários, potenciando-se o diálogo e o envolvimento entre os intervenientes, públicos e privados, no domínio da gestão de resíduos de C&D;
- Desenvolver e dotar a AMP e os municípios de uma **ferramenta de recolha e produção de dados no processo de gestão de resíduos de C&D**, assegurando a centralização deste tipo de informação e estatísticas. Esta iniciativa é muito relevante para assegurar o reforço das políticas e das práticas adequadas de gestão dos RCD; a elaboração de estatísticas fiáveis sobre os resíduos de C&D exige o acompanhamento e o rastreio de todos os resíduos de C&D produzidos;
- Promover e estimular a introdução de **Critérios para Compras Públicas Ecológicas** nos processos de aquisição de bens e serviços (cadernos de encargos e contratos públicos)

Para a administração pública, a construção de novos edifícios e a renovação dos existentes representam uma parte muito significativa das despesas anuais. Além disso, os custos de funcionamento dos edifícios de propriedade pública representam uma elevada parcela dos custos operacionais anuais de qualquer administração pública.

A AMP e os municípios devem contemplar, nos seus procedimentos concursais para construção/reabilitação de edifícios ou outras infraestruturas (p.ex. estradas, etc.), a inclusão de critérios ambientais. O conjunto de critérios deve ser estabelecido para o ciclo de vida completo do edifício;

- Desenvolver um conjunto de **Diretrizes para novas Construções Públicas**, estabelecendo um conjunto de orientações/procedimentos para um melhor desempenho ambiental das edificações públicas, contemplando nomeadamente os consumos energia, uso de fontes de energia renováveis, seleção de materiais construtivos, consumos água, utilização de materiais de construção reciclados, entre outros fatores;
- Promover pela AMP a definição de um **conjunto de procedimentos a observar na Desconstrução/Demolição seletiva**.
- Promover um levantamento e uma avaliação das **opções de reciclagem disponíveis na área geográfica da AMP**, incluindo a capacidade disponível das unidades de reciclagem/valorização RCD. Estudar o impacto associado à restrição de deposição de RCD em aterros.
- **Desenvolver uma estratégia integrada de gestão dos RCD para a AMP** tendo como princípios orientadores, nomeadamente, a concretização dos objetivos e metas definidos no domínio dos resíduos de C&D, o reforço da cooperação ao longo da cadeia de valor dos resíduos de C&D, a mitigação dos impactes ambientais associados ao setor e aos RCD, o incremento da procura de materiais de C&D reciclados e a Melhoria da logística e processamento dos RCD.

Uma iniciativa que poderá ser liderada pela AMP e que justifica uma abordagem comum e intermunicipal, diz respeito à **promoção das coberturas verdes** (telhados verdes) em novas construções ou em projetos de reabilitação urbana. A adoção de coberturas verdes tem impactos benéficos nas estruturas urbanas e na qualidade de vida das cidades, promovendo a biodiversidade, mitigação das mudanças climáticas, mitigação do efeito da ilha do calor urbano, redução da poluição atmosférica e das necessidades energéticas (edifícios).

Proceder a uma análise crítica do **Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de Março**, em especial o **exposto pelo Artigo 3.º, Responsabilidade da gestão de RCD**.



CONSTRUÇÃO
CIRCULAR

A Proposta de Ação da Área Metropolitana do Porto

A questão da produção, gestão e adequada valorização dos RCD é hoje, em especial na Europa, um assunto que mobiliza o estudo e ação de Governos, de Autoridades Regionais e Locais e nestas em especial de Municípios, bem como dos diretamente implicados na Fileira, os projetistas, os promotores e os empreiteiros de obras.

Uma Estratégia metropolitana para adequada gestão dos RCD impõe-se, é comum ao nível das diversas regiões europeias, e terá sucesso na Área Metropolitana do Porto, se convenientemente assumida pelos 17 Municípios que a integram, adequadamente promovida e comunicada a todas as partes interessadas e se tiver uma liderança de topo com capacidade para propor ações, procedimentos, regulamentos, diretrizes para validação pelo Conselho Metropolitano.

Assim propõe-se que:

1. O Conselho Metropolitano aprove o presente Documento orientador relativo à Construção Circular, com especial enfoque na preparação de uma Estratégia para correta gestão dos RCD na região.
2. Que a Comissão Executiva, sob orientação de um membro do Conselho Metropolitano e em articulação com entidades com relevância na matéria (CCDR Norte, ASWP e outras), defina o road map de iniciativas e um calendário para as mesmas, de molde a que a Área Metropolitana do Porto possa aprovar ainda durante 2018 a Estratégia referida no ponto anterior.

Em, 18 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e Presidente da Direção da ASWP

(Aires Pereira)



**FUNDO
AMBIENTAL**

Ministério do Ambiente
Portugal



ESTRATÉGIA NACIONAL
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL